INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

TATIANE PAVÃO ONGARO BORGES

RESUMO

A inclusão é um assunto de grande relevância e nos últimos anos tem tomado grandes proporções e trilhado diversos caminhos, principalmente dentro das instituições de ensino, e perpassa por diversos fatores como: dilemas éticos, judicialização, independência, aprendizado, conflitos, valores, ou seja, fatores que tornam a sua discussão e aplicação na prática bastante complexa, cheia de desafios e obstáculos. Desse modo, através do reconhecimento da importância da inclusão para o meio escolar, visando o bem-estar e o desenvolvimento desses alunos que ocupam por direito, as vagas destinadas à Educação Especial, o preparo da escola e a estreita relação entre instituição e família é imprescindível para que o aluno tenha sucesso nesse processo.

Palavras-chave: Inclusão. Criança. Deficiência.

ABSTRACT

Inclusion is a subject of great relevance and in recent years has taken great proportions and trodden several paths, especially within educational institutions, and pervades several factors such as: ethical dilemmas, judicialization, independence, learning, conflicts, values, that is, factors that make its discussion and application in practice quite complex, full of challenges and obstacles. Thus, through the recognition of the importance of inclusion for the school environment, aiming at the well-being and development of these students who occupy by right, the vacancies destined to Special Education, the preparation of the school and the close relationship between institution and family is essential for the student to succeed in this process.

Keywords: Inclusion. Child. Deficiency.

INTRODUÇÃO

A escola é um espaço democrático, que deve estar aberto e preparado para receber todos os alunos. A Educação Infantil, fase inicial da formação acadêmica, representa o primeiro contato das crianças com esse universo repleto de aprendizados e novas descobertas. E a inclusão neste período é fundamental, pois além de todos os desafios que o pequeno terá ao iniciar a socialização, é preciso levar em conta que esse é um dos primeiros momentos em que o estudante estará longe dos olhares de sua família.

Trabalhar a inclusão na Educação Infantil é muito importante para que a criança se adapte ao ambiente escolar e possa dar sequência aos seus estudos no Ensino Fundamental sem maiores dificuldades. Para isso, gestores, educadores e toda a equipe pedagógica precisam estar engajados e preparados para oferecer todo o suporte e atenção que as crianças precisam.

UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

A Educação Especial no Brasil passou por várias transformações no decorrer dos anos, e foi construída separadamente do ensino oferecido para pessoas que não apresentavam deficiência, pois de acordo com Kassar (2011, p. 2): “esta separação materializou-se na existência de um sistema paralelo de ensino, de modo que o atendimento de alunos com deficiência ocorreu de modo incisivo em locais separados dos outros alunos”.

No período da República Velha, em 1889, a Educação Especial dá seus primeiros sinais no Brasil, influenciada pela Europa, sendo constada a partir de diagnósticos médicos. Porém, as pessoas com necessidades especiais não tinham acesso à escolarização por serem consideradas incapazes, conforme a Legislação da época.

A atenção sobre o que foi considerado “anormal” pode ser identificada na literatura médica da época e na legislação educacional que restringia a essa população o acesso à escolarização ou à instrução, como era tratada a Educação no período. Decretos de diferentes estados atestam essa posição, como o decreto-lei nº. 7970 de 1927, de Minas Gerais, que dispensa de frequência às aulas, entre outros motivos, crianças com “incapacidade física ou mental” e indigentes, “enquanto não se fornecer, pelos meios de assistência [...], o vestuário indispensável à decência e à higiene” (apud PEIXOTO, 1981).

A deficiência no âmbito educacional, começou a ganhar destaque a partir do Decreto n. 5.884, instituído pelo Código de Educação da Cidade de São Paulo 1933, quando normatizou sua

“Educação Especializada”, entendeu como parte de seu alunado os “débeis físicos”, “débeis mentais”, “doentes contagiosos”, “cegos”, “surdos-mudos” e os “delinquentes” (BRASIL, 1933).

O Século XX, ainda não havia avançado na questão da Educação Especial, limitando o acesso de pessoas com necessidades especiais à educação. Em 1960, através da Conferência Geral organizada pela UNESCO, se lança na luta contra a discriminação no campo do ensino, afirmando que:

A discriminação no campo do ensino constitui violação dos direitos enunciados nesta Declaração. Considerando que nos termos de sua Constituição, a Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura se propõem a instituir a colaboração entre as nações para assegurar a todos o respeito universal dos direitos do homem e oportunidades igual de educação. (UNESCO, 1960, p. 1)

Dessa forma, a Conferência da UNESCO 1960 torna-se um parâmetro para que um ano após sua realização, a LDB, Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, passe a garantir o acesso de pessoas "excepcionais" ao ensino, como nos diz o Art. 88. A educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade. Porém, no texto geral prevê também que caso haja a necessidade sejam criados espaços especializados, como nos diz Mantoan (2017):

Entende-se que nesse sistema geral estariam incluídos tanto os serviços educacionais comuns como os especiais, mas pode-se também compreender que, quando a educação de deficientes não se enquadrasse no sistema geral, deveria constituir um especial, tornando-se um subsistema à margem. (MANTOAN, 2017)

Com o passar dos anos, a luta em prol da Educação Especial foi ganhando força, aparecendo na Constituição de 1988, através do art. 208, inciso III, afirmando que: "O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante garantia de: atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino", considerando a importância da inclusão nas escolas regulares". Com isso iniciava-se processo de inclusão propriamente dito em escolas regulares.

Na Declaração de Salamanca de 1994, o direito à Educação para as pessoas com necessidade especial ganha solidez, garantindo que "qualquer pessoa portadora de deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação, tanto quanto estes possam ser realizados" (Declaração de Salamanca, 1994, p. 1).

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases), que foi instituída em 1996, reafirma em seus artigos 58, 59 e 60, o acesso de pessoas com necessidades especiais em escolas regulares através de regimento, para que a inclusão aconteça.

Apesar do avanço nas Leis, no cotidiano escolar notamos que existem muitos desafios para que essa inclusão aconteça, principalmente em escolas de Educação Infantil. O que nos leva a questionar quais os desafios encontrados pelos profissionais da educação frente a esse processo de inclusão nas instituições públicas de Educação Infantil.

NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS X PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAS.

Necessidades Educacionais Especiais são necessidades relacionadas aos alunos que apresentam elevada capacidade ou dificuldades de aprendizagem. Esses alunos não são, necessariamente, portadores de deficiência, mas são aqueles que passam a ser especiais quando exigem respostas específicas especiais.

O termo, necessidades educacionais especiais, refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. As escolas têm de encontrar maneira de educar com êxito todas as crianças, inclusive as que têm deficiências graves." (BRASIL, 1994, p.17-18).

Portador de Necessidades Especiais são pessoas que apresentam necessidades próprias e diferentes que requerem atenção específica em virtude de sua condição de deficiência.

No ano de 2009 a Resolução 4 da CNE/CEB (BRASIL) definiu em termos claros o público-alvo da educação especial: pessoas com deficiência como impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial (surdez e cegueira), transtornos globais de desenvolvimento com alterações no aspecto neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação, nas estereotipias; autismo, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtornos desintegrativo da infância, transtornos invasivos e altas habilidades/superdotação.

De acordo com a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência – ONU –

Organização das Nações Unidas/2006,

pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual (mental) ou sensorial (visão e audição) os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

A pessoa com deficiência possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividades. Pode apresentar uma ou mais deficiências, percebida ao nascimento ou adquirida ao longo da vida. Ela geralmente precisa de atendimento especializado, seja para fins terapêuticos, como fisioterapia ou estimulação motora, seja para que possa aprender a lidar com a deficiência e a desenvolver as potencialidades.

As pessoas com deficiência são vistas, geralmente, como incapazes de ter vida social por si, mesmo dando demonstrações cotidianas de suas capacidades e habilidades. São indivíduos ativos que usam outros meios além das pernas para se movimentar,

que decifram o ambiente com outras partes do corpo e não com os olhos e ouvidos, são aqueles que leem com os dedos ou que falam com gestos e pensam por imagens. Assim, podem fazer tudo que todas as pessoas fazem, desde que garantidas às condições e acessibilidade que devem ser asseguradas para todos.

DESAFIOS NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil é uma etapa do ensino que tem conquistado seu espaço no decorrer dos anos, integrando o ensino básico a partir da Constituição de 1988, até ganhar destaque através da Lei de Diretrizes e Bases (LDB nº. 9.394/1994). Porém, ainda enfrenta vários desafios, principalmente relacionados ao ingresso de crianças especiais nas turmas regulares. Por se tratar de uma etapa importante para o desenvolvimento cognitivo da criança, é na educação infantil que são identificadas algumas necessidades que poderão comprometer o processo de aprendizagem da criança, sendo ela dita "normal" ou que apresente alguma necessidade especial, como nos diz Vygotsky (1998, p. 115). A aprendizagem não é, em si mesma, desenvolvimento, mas uma correta organização da aprendizagem da criança conduz ao desenvolvimento mental, ativa todo um grupo de processos de desenvolvimento, e esta ativação não poderia produzir-se sem a aprendizagem.

Nesta perspectiva, a obrigatoriedade de matrícula das crianças de 4 a 5 anos na educação infantil com a alteração feita na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) por meio da Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, as escolas públicas de Educação Infantil têm recebido grande demanda de alunos, entre eles os que apresentam alguma necessidade especial, e que muitas vezes não encontram na escola um local inclusivo que garanta uma educação de qualidade respeitando as diferenças. Mas porque isso acontece?

São vários fatores que dificultam esse processo de inclusão: escolas sem estrutura física que contemple a acessibilidade, a falta de professores, a dificuldade em obter um diagnóstico, o déficit na formação de professores, são alguns desses desafios cotidianos enfrentados pelas instituições públicas.

Sabemos que alguns destes desafios dependem da aplicação de políticas públicas, como é o caso da acessibilidade. Por outro lado, devemos considerar que a gestão da escola tem um papel importante para que essa inclusão aconteça, pois segundo Hines (2008) a atuação da direção é fundamental para o sucesso na transformação de uma escola na perspectiva inclusiva. É através das ações do diretor que serão articuladas estratégias para facilitar o trabalho de profissionais da educação, pensando na questão da formação, tão contestada por educadores, que se tornou um verdadeiro impasse neste processo de inclusão, como também na articulação com pais e toda comunidade escolar para conscientizar sobre a questão da inclusão.

Pensando nesses desafios, entendemos que é no cotidiano da sala de aula que identificamos como esse processo de inclusão está acontecendo, o que nos leva a um questionamento: Como as práticas pedagógicas podem contribuir para que a inclusão aconteça nas classes regulares de Educação Infantil?

INCLUSÃO E LEGISLAÇÃO

Na perspectiva de Ciríaco (2020), a legislação no tocante à inclusão é importante, contudo, surge assegurarmos o direito à educação inclusiva dos estudantes, segundo preconizam os arcabouços legais:

> Muitas leis regulamentam o sistema e a política educacional; elas enfatizam um olhar para as diferenças, a diversidade e a inclusão. Assim, com a análise das leis e de estudo mais aprofundado, pudemos perceber que a legislação pode estar voltada para o processo de inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais, mas a inclusão real está longe de acontecer, uma vez que ela não se restringe às pessoas com deficiência e sim a todos os sujeitos que não têm possibilidade de estar de uma forma ou de outra inseridos no âmbito educacional. Não adianta apenas existirem leis, é necessário que se tenha uma visão ampla da realidade educacional do país; apesar de se falar em educação para todos, temos que analisar como essa educação vem acontecendo e se ela está realmente preparada para incluir a todos sem deixar lacunas no que se refere a um trabalho para a diversidade (p. 2).

Ao longo dos anos, foram criados legislações, portarias, decretos, resoluções e pareceres, que foram e são fundamentais na análise dos caminhos que a inclusão tem tomado e quais serão os próximos passos, a fim de colocar em prática a educação inclusiva em seus inúmeros âmbitos, sendo a educação parte de todos os principais, com objetivo de tornar a escola um lugar para todos.

A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 208, garante aos alunos com necessidades especiais o direito a criação de programas de prevenção e atendimento especializado, e assistência às famílias responsáveis.

A Lei nº 9.394/96 (LDB), em seu capítulo V, trata diretamente da Educação Especial e, especificamente no que se refere ao Art. 58, traz a seguinte definição: "Entende-se por Educação Especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades

especiais" (Brasil, 1996). Prosseguindo, em seu Art. 59, reforça que para um atendimento de qualidade deve haver a capacitação do corpo docente para que, seja qual for à modalidade e a sua necessidade, os alunos possam receber a orientação e ensino adequado.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) é um importante documento onde se encontram de forma condensada, importantes diretrizes e informações sobre a implantação da inclusão nas escolas e a garantia de apoio necessário para que os alunos, dentro de suas limitações, possam participar e aprender. Assim, a Educação Especial, segundo a perspectiva: "passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/desenvolvimento" (Brasil, 2008, p. 11).

Em 2015, foi redigido o Estatuto da Pessoa com Deficiência, conhecido como a Lei Brasileira de Inclusão, onde diz, a respeito de educação, que:

> constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (Art. 27).

No Art. 7º da LDB, expressa-se que "É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação" (Brasil, 1996).

Ao analisar o conteúdo desses documentos, da inclusão desses alunos, a escola passa a ser considerado lugar para todos, caracterizando um grande passo para a educação, pois enriquece o conceito da diversidade e do respeito às diferenças de cada um, o que é de grande valia para a quebra dos paradigmas voltados a tais alunos, e de grande importância para seu desenvolvimento a se ver como parte integrante e importante da sociedade.

Assim, por meio de experiências relacionadas à Educação Especial no conceito de Educação Inclusiva, observamos a necessidade de se ampliar os conhecimentos e práticas voltadas ao assunto, para que nesse contexto haja a preparação ao lidar com a situação. É possível enxergar que apesar das grandes conquistas quanto aos direitos desse público-alvo, diversas são as falhas e arestas encontradas na prática da inclusão de alunos com necessidades especiais e ao atendimento dos mesmos e, para a mudança desse quadro, a ação docente, a atitude da escola perante os alunos matriculados e seus familiares, fundamental para alcançar os objetivos propostos.

INCLUSÃO E EDUCAÇÃO INFANTIL

Para Vanderson de Sousa Silva e Rosilene Almeida (2021, p. 3),

> o processo de inclusão envolve muitas demandas uma vez que cada aluno deve ser atendido de acordo com suas particularidades e necessidades. Porém, nem sempre os envolvidos no processo sabem como fazer com que esse processo de inclusão possa acontecer de fato, sem deixar de atender a criança na sua integralidade.

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, abrangendo crianças de 0 a 5 anos (Brasil, 1996). É um segmento muitas vezes subestimado, questionado e não compreendido, afinal, por que seria tão importante e ainda, nesse caso, o que crianças tão pequenas poderiam aprender sobre esse assunto, tido como tão complexo até mesmo para os mais velhos?

Através da Educação Infantil, muitas portas são abertas às crianças, pois é um espaço onde se oferece a oportunidade de se desenvolver, se relacionar, se conhecer, de aprender, descobrir sua identidade e alcançar objetivos e competências diversas, que serão de grande importância em sua trajetória escolar e também de vida. É o primeiro contato com o ambiente escolar, um marco que deve ser positivo e inspirador aos alunos e familiares.

Conforme o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (Recnei): "é do direito de todas as crianças de uma comunidade, meninos e meninas, estudar na mesma escola, não importando as necessidades existentes" (Brasil, 2001, p. 46).

Por ser esse espaço que todos têm o direito de frequentar e tão propenso às novas experiências, à aquisição de novos conhecimentos e lugar de desenvolvimento da criança como um todo, é imprescindível um trabalho adequado nessa primeira etapa a fim de sanar todo e qualquer comportamento considerado preconceituoso e/ou discriminatório, de forma que se reconheça que todos são seres únicos, individuais. Através da organização do currículo escolar, da preparação dos professores e da integração de toda a equipe e familiares, o trabalho escolar na perspectiva da inclusão deve ser abraçado por todos.

Para isso, entender que a Educação Inclusiva perpassa diversos caminhos é fundamental para a criação de um trabalho onde as crianças possam, por meio da interação, aprender o respeito às identidades diversas, a ajuda mútua, o não preconceito aquilo que é diferente aos seus olhos, a valorização de cada um como ser único e com característi-

cas singulares.

PROFESSOR E PRÁTICAS INCLUSIVAS

Para Vanderson de Sousa Silva e Mônica Oliveira (2021, p. 5),

> a inclusão e integração dos alunos nas escolas atualmente por ser obrigatória, estão sendo maiores, as modificações do espaço escolar para fazer com que este seja acessível também está sendo respeitado em algumas escolas. Que apresentam salas de recursos bem equipadas, claro que isso não é a realidade de todas as escolas do Brasil. As empresas tomam consciência dos talentos, isso faz com que o aumento de portadores de deficiência trabalhando aumente. Os estabelecimentos comerciais percebem que eles são consumidores a serem conquistados, pois nas últimas décadas os deficientes saem mais de casa, tornando mais independentes e autônomos.

A Educação Infantil não é uma ação que deva ser confiada à intuição dos professores, mas uma necessidade prioritária reconhecida e demonstrada como tal a partir de considerações psicossociais e educacionais. Há, portanto, a necessidade de formar profissionais especializados para orientar, estimular e promover o desenvolvimento infantil (Kramer, 2005).

Um investimento correto nos processos iniciais de educação será sempre uma resposta ao direito constitucional que ajuda as crianças a terem acesso a uma educação de qualidade intencionalmente organizada. Esse investimento deve focar parte de seus esforços, na formação de educadores da primeira infância, como recurso fundamental para o desenvolvimento do país, pois são eles que canalizam e desenvolvem as enormes possibilidades que as crianças têm na idade pré-escolar para a conformação de redes neural-cerebrais, redes que são determinantes para a obtenção de aprendizagens significativas, o desenvolvimento da criatividade, a formação de valores democráticos e a responsabilidade social (Vieira, 2017).

Em sala de aula, o professor precisa estar em constante busca de conhecimento e a escola preparada para atender todas essas necessidades garantidas por lei, fazendo com que a criança assuma a sua identidade, para tal é necessário um olhar crítico para poder passar isso em sala de aula, "é nesse sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos, nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência" (Freire, 2015). Ou seja, o professor aprende a cada prática, o ensinar sem o aprender não tem valor. A formação do professor não se dá por acumulação e sim por um ato de reflexão de ressignificação permanente de uma identidade pessoal (Nóvoa, 1992).

Quanto às práticas docentes e o currículo escolar, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (Brasil, 2001) define a escola inclusiva como "aquela que é ligada à modificação da estrutura, do funcionamento e da resposta educativa que se deve dar a todas as diferenças individuais, inclusive as associadas a alguma deficiência." E apresenta características relevantes para o currículo da Educação Infantil, dentre elas envolvem: adequação, coerência, flexibilidade, multiplicidade e abrangência. Assim, para o sucesso das práticas realizadas em sala de aula devem estar alinhadas com um currículo bem elaborado.

De acordo com Camila Zanata e Vanessa Treviso (2016, p. 28),

> o processo de inclusão escolar ainda hoje não se concretizou, existem sim leis que protegem esses indivíduos, eles estão inseridos em um contexto de ensino regular, porém a realidade é diferente, pois não se efetiva de fato a aprendizagem e o desenvolvimento de suas capacidades. É preciso que se aprimorem as necessidades tanto relacionados à prática de ensino como ao próprio sistema educacional. É importante pensar que todos são responsáveis por esse processo de inclusão e não somente as instituições escolares, mesmo sabendo que essas são as mais responsáveis e ainda precisam estar melhores preparadas para atender o indivíduo deficiente. Porém a sociedade tem também por obrigação promover mais essas questões, as quais estão relacionadas ao ensino de qualidade e a inserção dos deficientes na sociedade e no mercado de trabalho é preciso que defendam essa causa e lutem pela dignidade humana e que essas pessoas deficientes tenham espaço não somente nas escolas, mas também em todos os segmentos social. Enfatiza-se, que todos são os responsáveis pela inclusão, tanto a sociedade como a escola, pois todos os cidadãos participam de uma sociedade organizada, onde há leis que devem ser seguidas. Para isso, é preciso valer os direitos do deficiente, que esses indivíduos sejam aceitos em todos os segmentos de forma que suas dificuldades sejam respeitadas. Por outro lado, a escola precisa melhor elaborar seu projeto político pedagógico para que se possam acolher adequadamente esses alunos deficientes. Os professores devem se preparar para enfrentar esses desafios que serão trazidos para dentro do ambiente escolar.

E, quanto à inclusão, é necessário compreender que matricular não é incluir, e sim proporcionar ambiente e estímulos adequados. O direito à educação de todos e todas precisa ser garantido; somente quando tivermos o direito à inclusão se estará garantindo, de fato, a educação e a cidadania. As unidades escolares precisam considerar com seriedade a inclusão, certamente não é um processo fácil, os desafios são inúmeros, con-

tudo, é nosso dever profissional, tanto cobrar dos gestores públicos as condições materiais, de formação continuada e de profissionais auxiliares, bem como, enquanto corpo docente nos comprometermos em estratégias pedagógicas para a aprendizagem.

Sobre esse ambiente escolar propício para o desenvolvimento do aluno, Maria Tereza Eglér Mantoan (2003, p. 9) diz:

Os ambientes humanos de convivência são plurais por natureza. Assim, a educação escolar não pode ser pensada nem realizada senão a partir da ideia de uma formação integral do aluno – segundo suas capacidades e seus talentos – e de ensino participativo, solidário, acolhedor.

Assim, experimentos por meio de novas práticas atrelados a uma rotina escolar adaptada, a parceria com a criança por meio da criação de vínculos, e o proporcionar novas possibilidades ao aluno, dentro de um planejamento que abrace a todos os estudantes, não descartando as individualidades e capacidade do aluno com necessidade especial, faz com que as aulas sejam mais produtivas e facilita o alcance das finalidades propostas.

O professor, juntamente com a instituição, além de pensar no desenvolvimento do aluno, precisa estreitar e investir na relação entre a família e escola, pois através desse relacionamento, será possível compreender e oferecer ao aluno maiores oportunidades de crescimento.

Para isso, flexibilidade precisa ser a chave na elaboração de um currículo escolar inclusivo, com intuito de receber e desenvolver o aluno conforme as suas demandas e individualidades.

TRABALHANDO A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Como mencionado no tópico anterior, a inclusão na Educação Infantil é uma ação social e cidadã muito importante, pois ajuda diretamente as crianças com necessidades especiais e

também promove um aprendizado valiosíssimo para todos os alunos, que é o respeito às diferenças.

Para trabalhar a inclusão na Educação Infantil na prática, é essencial que a equipe pedagógica faça um planejamento das atividades que são significativas para os alunos e que promovam a integração. Também é importante considerar o ritmo de cada estudante e as suas peculiaridades, somente assim a educação será realmente inclusiva

Reunimos abaixo algumas atividades que os educadores podem desenvolver em suas aulas na Educação Infantil:

Gincana entre alunos e famílias

A integração é a palavra-chave para a inclusão na Educação Infantil, por isso, nada melhor do que envolver as famílias em atividades que unem aprendizado e muita diversão. Por meio de gincanas ou jogos simbólicos, a comunidade se aproxima, as crianças começam a colaborar umas com as outras e os pequenos com necessidades especiais se sentem parte do todo, e isso é fundamental para estimulá-los dentro e fora do ambiente escolar.

Atividades que colocam os alunos em movimento

Por meio de músicas e cantigas populares, os educadores podem desenvolver atividades que ajudam a estimular o movimento das crianças, melhorando também a socialização. O clássico “Dona Aranha”, por exemplo, pode guiar uma brincadeira com barbantes na qual o educador monta uma rede e os alunos têm que passar por ela para concluir a atividade.

É uma dica interessante para professores da Educação Infantil que tenham alunos com necessidades especiais que não estejam ligadas a redução de movimentos físicos.

Planejamento coletivo das atividades

Essa dica não é especificamente sobre uma atividade, mas sim sobre como montar um planejamento coletivo, visando a inclusão na Educação Infantil.

Os gestores, os professores e todos os membros da equipe pedagógica podem se unir para reformular objetivos do plano de atendimento educacional inclusivo da criança com necessidades especiais. Quanto mais pessoas abertas e dedicadas a oferecer o melhor para os alunos, maiores serão as chances de promover um ensino de qualidade, justo e acessível.

Como se pode notar, a inclusão na Educação Infantil é muito importante, mas a gestão escolar também é fundamental para o sucesso desse processo, pois quando bem-feita possibilita que professores e gestores possam focar nas atividades inclusivas.

O software SophiA Educação Infantil, desenvolvido pela Prima, atua como um parceiro das instituições de ensino nessa tarefa, pois otimiza uma série de tarefas diárias, permitindo que os profissionais se dediquem à área mais nobre da escola: a educação dos alunos.

Descubra como o SophiA Educação Infantil pode aumentar a eficiência de sua gestão, permitindo que você tenha mais tempo para focar na inclusão escolar e em outros assuntos estratégicos.

DESENVOLVIMENTO

Esse artigo tem como tema: Inclusão na Educação Infantil, este estudo tem como base uma pesquisa bibliográfica e qualitativa que visa alcançar os objetivos que foram propostos e tem como subsídio teórico: ARANHA (1973); ARENDT (1978); BAUMAN (1999); BOBBIO (1997); SOUZA E PRIETO (2002); OLIVEIRA (2001); ZILIOTTO (2007); MAZZOTTA (2005); MANTOAN (2006); FACÍON (2008); JOTIEN (1990); MOSQUEIRA (2010); DECHINI, FERREIRA, SILVA (2013); PAULON (2005); LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB 96); DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (1948); DECLARAÇÃO DE SALAMANCA (1994) E OUTROS. A revisão bibliográfica foi feita mediante uma leitura sistemática, com fichamento de cada obra, de modo a ressaltar os pontos pertinentes ao assunto em estudo abordado pelos autores, sendo que o objetivo geral desta pesquisa é analisar a importância da inclusão escolar na educação infantil, a inclusão escolar e a prática da inclusão de todos os independentes de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural.

CONCLUSÃO

No decorrer deste artigo observou-se que, a educação inclusiva, de alunos com necessidades especiais como prioridade, tal como a formação de professores, no âmbito da educação infantil, considerando as crianças da educação infantil. Sendo que o tema pesquisado é Inclusão na educação infantil. Mediante disso foi analisado também as política e leis sobre a inclusão, entendendo-se como elas remetem que a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo longo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Diante disso a pesquisa teve como objetivo geral analisar a importância da inclusão escolar na educação infantil constata-se que o objetivo geral foi atendido porque efetivamente o trabalho conseguiu demonstrar que a educação inclusiva se configura como um desafio constante no contexto da educação brasileira. Esse desafio que deve ser compreendido como o caminho para o crescimento, não só do aluno especial, mas também de todos os que fazem parte desse processo.

O objetivo específico inicial era explicar a inclusão escolar na educação infantil ele foi atendido por conta de que o movimento de acesso dos alunos com deficiência no ensino regular até a chamada educação inclusiva, perpassa por uma concepção de educação para todos, pautados na diversidade em relação no contexto educativo.

A educação infantil representa um marco na vida de qualquer indivíduo. Nessa etapa de escolarização a personalidade humana vai se formando, seja ele com ou sem deficiência, por isso deve ser uma garantia para todas as crianças.

As práticas educacionais na inclusão escolar, desenvolvidas nesse período e que promovem a inclusão na escola regular dos alunos com deficiência (física, intelectual, visual etc.). A educação especial como modalidade de ensino ainda está se difundindo no contexto escolar. Para que se torne efetiva, precisarão dispor de redes de apoio que complementem o trabalho do professor.

Esse estudo procurou apenas fazer uma discussão prévia sobre a inclusão escolar que a partir dessas considerações, é possível ressaltar o papel da educação infantil dada a importância que desempenha na vida de uma criança, seja ela com ou sem necessidades educacionais. Nesse sentido as atividades desenvolvidas na escola são capazes de estimular o desenvolvimento de valores saudáveis nas interações, tais como a solidariedade, companheirismo, o coletivismo, a autonomia etc. enfim, são inúmeras as possibilidades na escola que favorecem a formação da personalidade da criança, permitindo o seu convívio em sociedade, e em grupos que vão além do seu ambiente familiar.

Sugere-se que estudos posteriores especialmente aqueles aplicados possam se interessar por esta temática introduzindo o conhecimento como ferramenta de estudos futuros que possam embasar novas estratégias de ação, pois cada dia é um novo dia, para compreendermos e aprendermos com a diversidade humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 9.394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

Ministério da Educação e do Desporto. Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil. Brasília: MEC, 1998.

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/Seesp, 2008.

CIRÍACO, F. L. Inclusão: um direito de todos. Revista Educação Pública, v. 20, nº 29, 4 de agosto de 2020. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/29/inclusaoum-direito-de-todos. Acesso em: set. 2021.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KRAMER, S. Profissionais de Educação Infantil: gestão e formação. São Paulo: Ática, 2005.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

NÓVOA, Antônio. Formação de professores e profissão docente. In: _____ (org.). Os professores e sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

SILVA, V. de S.; ALMEIDA, R. C. de. A importância e os desafios do método ABA para a inclusão de crianças autistas na rede regular de ensino. Revista Educação Pública, v. 21, nº 12, 6 de abril de 2021. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/12/aimportancia-e-os-desafios-do-metodo-aba-para-a-inclusao-de-criancas-autistas-na-rederegular-de-ensino. Acesso em: set. 2021.

SILVA, V. de S.; OLIVEIRA, M. C. M. de. A importância da família e da tecnologia na Educação Especial. Revista Educação Pública, v. 21, nº 26, 13 de julho de 2021. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/26/a-importancia-da-familia-e-da-tecnologia-na-educacao-especial. Acesso em: out. 2021.

VIEIRA, M. A. F. O.; CÔCO, V. Educação Infantil do Campo e Formação de Professores. Cad. Cedes, Campinas, v. 37, nº 103, p. 319-334, set./dez. 2017.

ZANATA, C.; TREVISO, V. C. Cadernos de Educação. Ensino e Sociedade, Bebedouro, v. 3(1), p. 15-30, 2016.

ARANHA, MARIA SALETE FABIO. "Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência". Brasília, 1973.

ARENDT, H. O sistema totalitário. Lisboa: Dom Quixote, 1978.

BAUMAN, Z. Modernidade e ambivalência. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BOBBIO, N. Igualdade e liberdade. Rio de Janeiro: Ediouro, 3ª ed., 1997.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. 1948.

Declaração de Salamanca. 1994.

DECHINI, C.; FERREIRA, J. M. L.; SILVA. C. Inclusão educacional e educação especial: múltiplos olhares e diversas contribuições. Uberlândia edufu, 2013. 258 p.

FACÍON, José Raimundo. Inclusão escolar e suas implicações. Curitba: Ibpex, 2008.

JOTIEN. Declaração mundial sobre educação para todos,1990.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB), Cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino, 1996. – 64 pg.

MANTOAN, Maria Teresa Egler, Rosangela Gavioli Pietro; Valeria Amorim Arantes, Inclusão Escolar: pontos e contrapontos – São Paulo: Summus, 2006. – P.103.

MAZZOTTA, M. J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2005.

MOSQUERA, Carlos Fernando França. Deficiência visual na escola inclusiva. Curitiba: Ibpex, 2010.

OLIVEIRA, ROMUALDO PORTELA. Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal. São Paulo: Xamã, 2021.

PAULON, Simone Mainieri, Educação inclusiva: documento subsidiário à política de inclusão. Ministério da Educação Secretaria da Educação Especial. 2005.

SOUZA, SANDRA MARIA ZÁKIA LIAN. "Política de atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais da rede municipal de ensino de São Paulo", 2002.

ZILIOTTO, Gisele Sotta. Educação especial e educação inclusiva. Fundamentos psicológicos e biológicos das necessidades es